

PAULO CÉSAR ZENI

FUNDAMENTOS DO PROCESSO
JUDICIAL ELETRÔNICO
E A DEFESA DOS DIREITOS
NO CIBERESPAÇO

Belo Horizonte

FÒRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2019

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

1150603

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

Z54f Zeni, Paulo César

Fundamentos do processo judicial eletrônico e a defesa dos direitos no ciberespaço / Paulo César Zeni. – Belo Horizonte : Fórum, 2019.

198 p.; 14,5 x 21,5 cm
ISBN: 978-85-450-0669-5

1. Teoria Geral do Processo. 2. Direito Processual Civil. 3. Direito Processual Penal. I. Título.

CDD 341.4
CDU 347.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

ZENI, Paulo César. *Fundamentos do processo judicial eletrônico e a defesa dos direitos no ciberespaço*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 198 p. ISBN 978-85-450-0669-5

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	17
1.1 O que é o ciberespaço?	17
1.2 O fenômeno da migração dos processos para o ciberespaço	20
1.3 O processo judicial no ciberespaço: antecedentes históricos e considerações sobre a e-Justiça	23
1.4 O processo judicial no ciberespaço: processo judicial eletrônico e procedimento judicial eletrônico	25
CAPÍTULO 2	
MARCO LEGAL DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	29
2.1 Introdução do processo judicial eletrônico no direito brasileiro: experiências pioneiras e consolidação dos sistemas de processo judicial eletrônico	29
2.2 A regulamentação do processo judicial eletrônico pelo Conselho Nacional de Justiça: a criação do sistema PJe	34
2.3 Regime jurídico da integração eletrônica com os sistemas de processo eletrônico do Poder Judiciário: a criação do Modelo Nacional de Interoperabilidade	38
2.4 Análise de caso: apontamentos a respeito da experiência auferida com a implantação do processo judicial eletrônico no Estado de Mato Grosso do Sul	43
2.4.1 Cronologia da regulamentação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul	43
2.4.2 O processo judicial eletrônico no Ministério Público de Mato Grosso do Sul e sua integração eletrônica com o sistema do Poder Judiciário	45
2.4.3 Resultados preliminares da adoção do processo judicial eletrônico no estado de Mato Grosso do Sul	46

CAPÍTULO 3	
PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL: LIMITES AO PODER REGULAMENTAR DOS TRIBUNAIS	49
3.1 Natureza jurídica da competência dos órgãos do Poder Judiciário para a regulamentação do processo eletrônico no âmbito de suas jurisdições	49
3.2 Limites jurídicos da competência regulamentar dos tribunais: considerações sobre a teoria da essencialidade.....	53
3.3 Princípio do devido processo legal: condição de validade dos regulamentos do processo judicial eletrônico	56
3.4 Regulamentos judiciais do processo judicial eletrônico sob a perspectiva da análise econômica do direito	58
3.5 Os princípios jurídicos como diretrizes interpretativas dos regulamentos do processo judicial eletrônico	61
3.6 Considerações relativas ao conteúdo dos regulamentos judiciais para o processo judicial eletrônico	63
3.6.1 Regime jurídico adotado para os eventos de indisponibilidade do sistema	63
3.6.2 Regras de cadastramento e de habilitação dos usuários para emissão de assinatura digital	67

CAPÍTULO 4	
CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PRODUÇÃO DA PROVA NO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO	69
4.1 Direito à produção da prova e seus limites jurídicos	69
4.2 Repercussão da informatização processual no direito à produção da prova.....	71
4.2.1 Documentos eletrônicos e documentos digitalizados: requisitos de validade e autenticidade	73
4.2.2 Limitações de formato e tamanho dos arquivos eletrônicos: considerações necessárias à proteção do direito à produção da prova	76
4.2.3 Princípio da cartularidade no processo judicial eletrônico: considerações a respeito dos títulos de crédito eletrônicos, títulos de crédito digitalizados e mecanismos de garantia de validação e autenticidade dos títulos de crédito	81
4.2.3.1 Questões relacionadas à execução de títulos de crédito eletrônicos: o desafio da comprovação da posse e autenticidade do instrumento	83

4.2.3.2	Questões relacionadas à execução de títulos de crédito digitalizados: disposições introduzidas pela Lei nº 11.419/2006 e novo Código de Processo Civil	84
4.2.4	Preclusão consumativa no processo judicial eletrônico e produção da prova documental no direito processual civil	86

CAPÍTULO 5

REPERCUSSÕES DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NO DIREITO PROCESSUAL

PENAL	91
5.1 Aplicabilidade da Lei nº 11.419/2006 ao direito processual penal.....	91
5.2 Investigação criminal na experiência do processo judicial eletrônico em Mato Grosso do Sul.....	93
5.3 Impactos do processo judicial eletrônico na oralidade e imediação	95
5.4 Videodepoimento e videointerrogatório	98
5.5 Publicidade e sigilo: limites à divulgação do processo judicial eletrônico	102
5.6 Publicidade e sigilo: aplicabilidade da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção dos Dados Pessoais), ao processo judicial eletrônico	107

CAPÍTULO 6

INOVAÇÕES DECORRENTES DA ADOÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL BASEADO EM PLATAFORMA ELETRÔNICA

6.1	Sobre a construção de uma principiologia do processo judicial eletrônico	111
6.1.1	Princípio da imaterialidade	113
6.1.2	Princípio da conexão reticular.....	115
6.1.3	Princípio da conexão inquisitiva.....	117
6.1.4	Princípio da intermedialidade	119
6.1.5	Princípio da hiper-realidade.....	120
6.1.6	Princípio da desterritorialização.....	120
6.1.7	Princípio da responsabilização algorítmica	125
6.1.8	Princípio da transparência tecnológica	127
6.2	<i>Big data</i> para o juiz do futuro: inércia da jurisdição, iniciativa probatória e motivação da sentença no processo judicial eletrônico.....	129
6.2.1	A verdade almejada no processo judicial.....	129

6.2.2	Ônus da prova, iniciativa probatória e participação do juiz na produção da prova judicial.....	131
6.2.3	A iniciativa probatória do Poder Judiciário para análise de dados obtidos no ciberespaço: reflexões a respeito da hiperdisponibilidade da informação.....	133
6.2.4	<i>Big data</i> e processo judicial eletrônico: cenário de prospecção e análise automatizadas das provas pelo Poder Judiciário.....	136
6.2.5	<i>Big data</i> , padrões de prova e motivação das decisões no processo judicial eletrônico.....	143
6.3	As condições da ação e os pressupostos processuais no direito processual eletrônico.....	151
6.3.1	Capacidade postulatória no processo judicial eletrônico...	152
6.3.2	Citação válida no processo judicial eletrônico.....	155
6.3.3	Requisitos do sistema para peticionamento eletrônico.....	156
6.4	Comunicações processuais no processo judicial eletrônico: diário da justiça eletrônico e portal da intimação eletrônica.....	157
6.4.1	Diário da justiça eletrônico.....	157
6.4.2	Portal da intimação eletrônica.....	161
6.4.3	Uso de meios alternativos de intimação nos casos urgentes ou quando houver indício de burla à intimação eletrônica.....	168
6.4.4	Considerações quanto à obrigatoriedade de registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica.....	169
6.4.5	Registro de usuários nos sistemas de intimação e citação eletrônica para fins de direito processual penal.....	171
6.4.6	Intimação eletrônica por meio de serviço de interoperabilidade entre sistemas de processo judicial eletrônico.....	172
6.5	Informações estatísticas: o metaprocesso judicial eletrônico e as tabelas taxonômicas unificadas.....	174
6.6	Perspectivas da automação no processo judicial eletrônico: limites para a substituição das atividades humanas no curso do processo.....	178

CAPÍTULO 7

A INFORMATIZAÇÃO E O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA: DIRETRIZES GERAIS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO.....	183
--	-----

REFERÊNCIAS.....	191
------------------	-----